

Le Choix de l'Europe

Laurent Cohen-Tanugi, 1995, Fayard, Paris, 225 pp.
e

Les Grands Débats Européens

Fabrice Fries, 1995, Seuil, Paris, 529 pp.

Nos próximos anos, a União Europeia (UE) terá que enfrentar desafios de carácter decisivo, com destaque para a Conferência Intergovernamental (CIG) com início marcado para Março de 1996, as negociações relativas ao alargamento aos países da Europa Central e Oriental (PECO), a definição das perspectivas financeiras após 1999, e a realização da União Económica e Monetária (UEM). São questões que estão na ordem do dia, e sobre as quais importa reflectir. Com *Le Choix de l'Europe*, Laurent Cohen-Tanugi, advogado internacional e especialista em assuntos europeus, examina cada uma destas questões e revela a sua preocupação relativamente ao futuro da Europa. Partilha connosco as suas reflexões, elucida-nos sobre o estado e as perspectivas do projecto comunitário e propõe a sua visão para o futuro. Quem já conhece outras obras do mesmo autor sabe que estamos perante um europeísta convicto, e da leitura deste livro se conclui que «a escolha da Europa» só pode ir no sentido de um maior aprofundamento da integração europeia.

Cohen-Tanugi constata que a definição dos contornos futuros da UE, já de si de natureza complexa, se revela particularmente difícil num momento em que as referências da Guerra Fria se perderam e em que os Estados se movimentam num quadro de crescente incerteza. O confronto com esta nova realidade, vivida num momento de crise económica, levou a um crescimento do eurocepticismo. O autor define os tempos actuais como a era da «Europe molle»: a construção europeia encara-se mais como uma ambição necessária do que enquanto projecto político digno de entusiasmo. A população hesita entre a incompreensão e a indiferença, e agravam-se as divisões entre os governos dos Estados membros. É no âmbito da CIG que se impõe a definição das políticas e dos mecanismos que permitam conciliar o projecto político inicial com o alargamento, visto que as transformações no Leste europeu exigem uma reintegração na Europa da metade oriental do continente. Os novos Estados deverão estar preparados para a disciplina comunitária e a União Europeia preparada para os integrar. Este imperativo moral, que se inscreve no quadro de uma preocupação de paz e estabilidade, exige uma reforma profunda das instituições e de todo o funcionamento da UE.

As opiniões e informações contidas neste trabalho apenas vinculam o seu autor.

O desvio que se tem vindo a acentuar em relação aos objectivos iniciais, especificados nos tratados originais, impõe que se proceda a uma reflexão sobre os ensinamentos dos «pais fundadores», e que se reaprenda a lógica da construção europeia para encontrar os instrumentos que permitam desenvolver uma acção afirmativa.

Mas as perspectivas não parecem animadoras. O autor exprime, *entre* outras, a sua preocupação relativamente ao actual estado da relação franco-alemã, que tem servido até ao momento como motor da construção europeia. Com efeito, não parecem descabidos os receios daqueles que vêem morrer, com Mitterrand, o símbolo de urna geração de homens de Estado com o perfil necessário para fazer avançar o projecto europeu.

O que, aliás, não deixa de ter eco na atitude dos cidadãos. O projecto de construção europeia criou expectativas de prosperidade e poder acrescidos, acompanhadas de receios relativamente a eventuais perdas de soberania e identidade. Num momento de recessão e instabilidade geral, com as expectativas goradas, vieram ao de cima os receios,

perdeu-se a adesão necessária para desenvolver o projecto europeu. Para Cohen-Tanugi, cabe aos governos e demais responsáveis políticos, económicos e sociais exercer uma função pedagógica no que respeita à construção europeia. Não pode continuar a suceder que a Europa seja utilizada como justificativo para todos os problemas que vão surgindo no dia a dia da governação. São igualmente interessantes, e merecem ser discutidas e aprofundadas, as propostas que Cohen-Tanugi apresenta na perspectiva da reforma das instituições e do processo de decisão da UE. O autor defende que os Estados mais influentes «não podem ser reduzidos a uma minoria por uma coligação de Estados com menos influência internacional, com uma pequena percentagem de população, e muitas vezes exclusivamente beneficiários da solidariedade financeira europeia». Nesse sentido, advoga a introdução de um esquema de ponderação de votos baseado em critérios demográficos e na participação financeira de cada Estado no orçamento da União. Deverá, igualmente, ser levado em linha de conta o princípio da «antiguidade», que se deveria aplicar apenas aos pequenos Estados fundadores. Parece-lhe essencial personalizar a União na figura de um Presidente, sobretudo com o objectivo de melhorar a visibilidade industrial, as questões financeiras, a política agrícola reformada, as disparidades e a coesão, a Europa social, a UEM, a livre circulação, segurança e justiça, a «Europa a quinze», o relacionamento entre a UE e os países de Leste e entre a UE e os países em desenvolvimento. Estranhamente, terão falhado, por exemplo, referências à ajuda humanitária e à política de pescas, duas questões bastante actuais.

Em cada um dos capítulos, o autor fornece os elementos necessários à compreensão de cada um dos assuntos em causa. Explica as competências da UE e dos Estados membros, faz uma síntese da evolução da actuação comunitária, informa sobre o estado actual da questão, põe-nos a par das áreas em que surgem maiores dificuldades,

indica-nos o que está em jogo, aponta para as eventuais perspectivas futuras. São especialmente interessantes as suas revelações sobre as negociações que levaram à assinatura e posterior ratificação do Acto Único Europeu e do Tratado da União Europeia. As suas explicações sobre os interesses envolvidos ajudam-nos, muitas vezes, a compreender melhor as razões da acção, ou inacção, comunitária. Em resumo, a leitura deste livro fornece-nos os dados necessários para uma reflexão documentada sobre as questões que se debatem actualmente.

Dependerá das preferências de cada leitor um especial interesse por um ou outro domínio da actuação comunitária mas, tendo em conta a CIG, parece da maior actualidade referir algumas das considerações que Fabrice Fries faz sobre as correcções ou inovações a introduzir nos tratados. Como regra geral, aponta para a necessidade de se proceder a uma reflexão prévia aprofundada sobre a questão europeia, e para o perigo de se cair de novo no erro de negociar a revisão dos tratados no segredo dos gabinetes. No âmbito do processo de decisão, considera imperiosa uma melhor definição das responsabilidades na concepção e execução das políticas comunitárias. No mesmo sentido, parece-lhe essencial combater o défice democrático, o que passa por um reforço da intervenção do Parlamento Europeu, mas talvez também pela personalização da União, através da eleição de um Presidente. Defende que o peso relativo dos maiores Estados não se pode diluir com o alargamento e, na mesma perspectiva, advoga que seja destes mesmos Estados a responsabilidade do exercício da Presidência da UE. Propõe a redução do número de Comissários, assegurando uma representação alternada dos Estados menores.

No que diz respeito à Política Externa e de Segurança Comum (PESC), aponta para a necessidade de se aperfeiçoarem os mecanismos criados pelo Tratado de Maastricht e de se dotar a União de instrumentos efectivos de actuação, o que passa, entre outros factores, por uma melhor definição das relações UE-UEO e UE-NATO. Não crê que na tomada de decisões neste domínio, e no estado actual da construção europeia, seja possível substituir a regra da unanimidade pela da maioria, mas sugere certos aperfeiçoamentos que poderiam permitir uma acção mais afirmativa da União. O mesmo princípio deverá reger a revisão do «segundo pilar», referente aos Assuntos Internos e de Justiça.

Noutros capítulos aborda questões da maior actualidade, entre as quais mencionamos algumas que ilustram a vastidão dos temas tratados. Refere as recentes negociações do Uruguay Round e a constituição da Organização Mundial de Comércio e as suas repercussões no âmbito da UE, levantando, nomeadamente, os problemas do *dumping* social, ambiental e monetário. Preocupa-se com as repercussões externas da política de concorrência e com as insuficiências e fraquezas da competitividade da indústria europeia. Analisa as principais reformas da Política Agrícola Comum e o desafio que, neste domínio, envolve o futuro

alargamento aos PECO, um problema que também se põe no âmbito da política regional. Neste domínio, reconhece que se têm alcançado resultados muito positivos, mas preocupa-o o número crescente de fraudes; propõe uma melhor coordenação entre os objectivos da coesão e as restantes políticas comuns, e alerta para o risco da política de coesão evoluir no sentido de se tomar um simples mecanismo de redistribuição financeira, sem preocupações de intervenção de carácter estrutural. No que diz respeito à UEM, Fabrice Fries não pensa que se possa pôr em causa a irreversibilidade de processo após 1999, mas não deixa de lembrar a importância da vontade política, a par dos aspectos económicos. Em face do futuro alargamento aos PECO, e perante o desafio da diversidade, não encontra alternativas a uma estratégia de integração diferenciada, vulgo «geometria variável»: os diferentes níveis de desenvolvimento, as realidades e aspirações divergentes dificilmente permitirão um acordo global sobre o grau de integração mais favorável. Não deixa, no entanto, de referir um conjunto de princípios que deverão ser respeitados para que a opção pela «geometria variável» não se traduza numa diluição do projecto europeu.